

**32º Encontro Anual da ANPOCS**

**27 a 31 de outubro de 2008**

**GT14:** Desigualdades: produção e reprodução

**Título do trabalho:** Desigualdade, autonomia e trabalho entre mulheres jovens moradoras de bairros e favelas da região centro-sul da cidade de Belo Horizonte

**Nome(s) do autor(es):** Alessandra Sampaio Chacham, Mônica Bara Maia, Malco Braga Camargos

# **Desigualdade, autonomia e trabalho entre mulheres jovens moradoras de bairros e favelas da região centro-sul da cidade de Belo Horizonte<sup>1</sup>**

Alessandra Sampaio Chacham<sup>2</sup>

Mônica Bara Maia<sup>3</sup>

Malco Braga Camargos<sup>4</sup>

## **INTRODUÇÃO**

O objetivo da nossa pesquisa foi analisar o impacto da desigualdade de gênero sobre a autonomia e a capacidade de tomar decisões da mulher jovem em diferentes esferas de sua vida. Mais especificamente, discutir esse a desigualdade de gênero atuando em diferentes dimensões na trajetória de vida da jovem, impacta o acesso da jovem ao mercado de trabalho formal e/ou a educação. Gênero é entendido aqui como uma construção cultural que permite refletir sobre o fato de que as diferenças sexuais são produzidas e possuem historicidade, variando de acordo com contextos sociais. Em praticamente todas as sociedades as relações de gênero são desiguais em relação ao poder atribuído aos homens e às mulheres. As desigualdades de gênero se refletem na lei, nas políticas públicas e práticas sociais, assim com na identidade dos indivíduos, suas atitudes e comportamentos. O conceito de gênero expõe as assimetrias e as hierarquias (nas quais as mulheres ocupam uma posição subordinada) dentro das relações entre homens e mulheres ao incorporar a dimensão do poder (Scott, 1988). A disparidade no acesso ao poder entre homens e mulheres nas várias esferas da vida social traz como consequência uma situação de maior subordinação das mulheres dentro tanto do âmbito público quanto no privado.

No âmbito do trabalho a situação da mulher tem sido historicamente marcada pela subalternidade e pela discriminação (Pirotta, Pirotta, 2002), sendo que a divisão sexual do trabalho na sociedade industrial reforça essa subordinação, com as mulheres ficando responsáveis pela reprodução e pelas tarefas domésticas, que são esferas menos valorizadas, e os homens pelo que se denominou esfera da produção e pelas atividades conduzidas na vida pública, ambas mais valorizadas na vida social (Araújo, Scalon, 2005). Apesar de que na atualidade, a proporção de mulheres no mercado de trabalho

---

<sup>1</sup> Esse trabalho é resultado de uma pesquisa financiada pelo CNPq, pelo Fundo de Incentivo à Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, e pelo Observatório da América Latina da Universidade de Miami.

<sup>2</sup> Professora do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

<sup>3</sup> Mestre em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

<sup>4</sup> Professor do Departamento de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

seja cada vez maior, elas prosseguem ganhando menos que o homem para realizar as mesmas tarefas, levando mais tempo para receber promoções e ocupando menos cargos de chefia. Sorj (2000) argumenta que posição diferencial de homens e mulheres no espaço doméstico é um elemento central na determinação das chances de cada um no mercado das carreiras, dos postos de trabalho e dos salários.

Por outro lado, Sorj (2000) também argumenta, é impossível não observar o impacto dos constrangimentos externos gerados pelas transformações no mercado de trabalho na esfera familiar. Os novos postos de trabalho criados tendem a ser flexíveis no tempo, no espaço e na duração, dando origem a uma pluralidade de contratos de trabalho: em tempo parcial, temporários ou por conta própria (Sorj, 2000). Esse processo observa Montali (2004), resultaria prejuízos na qualidade da inserção no mercado de trabalho, com a precarização dos vínculos e perda da proteção oferecida pelos direitos trabalhistas. Para Montali (2004) o impacto da precarização do trabalho nos arranjos familiares pode ser observado na diminuição de postos ocupados por chefes de família, no aumento da proporção de mulheres ocupadas, sejam cônjuges ou chefes de família, ainda que na sua maioria em postos de trabalho precários, e na diminuição da participação dos filhos maiores de 18 anos na força de trabalho. O desnível entre os salários recebidos por homens e mulheres vem diminuindo, no entanto, aponta a autora, mais à custa de precarização das condições de trabalho dos homens do que da inserção efetiva das mulheres.

Outra consequência mensurável da alteração dos padrões de ocupação é a diminuição da participação dos jovens na força de trabalho ocupada, com significativo aumento de desemprego na faixa etária dos 15 a 24 anos, fenômeno observado por estudos realizados em diversas regiões do país (Montali, 2004, Oliveira, Neves, Jayme, 2008) e que atinge ambos os sexos, apesar afetar as mulheres jovens com maior intensidade. Por um lado esse fenômeno reflete maior investimento do jovem na educação, já que concomitante ao processo de precarização, existe uma crescente demanda por maior qualificação dos trabalhadores (Sorj, 2000). Por outro, Sorj (200) observa, a necessidade de um processo de escolarização cada vez mais longo, associada à rápida obsolescência das habilidades adquiridas e a importância das redes de sociabilidade na renovação das oportunidades no mercado de trabalho, faz que impacto da transformação e precarização do trabalho afete com muito mais intensidade os jovens dos estratos socioeconômicos de menor renda, com acesso precário a escolarização e qualificação profissional, reforçando assim padrões de desigualdade social.

Seguindo essas considerações, o foco desse trabalho na juventude, e principalmente na condição de inserção profissional da mulher jovem é justificada pela sua particularmente vulnerabilidade nesses processos contemporâneos de flexibilização e precarização do trabalho dado também a sua maior vulnerabilidade dada às desigualdades de gênero que aumentam o impacto de eventos nas esferas sexuais e reprodutivas que afetam a particularmente a mulher nessa fase da vida. É indiscutível que a juventude é um período da vida em que ocorrem várias transições importantes, tanto relativas a questões profissionais quanto as afetivas e sexuais. Principalmente nos estratos socioeconômicos de menor renda, e socialmente mais vulneráveis, outras transições importantes são freqüentes (Heilborn, 2006). Ligado ao início da vida sexual, não é incomuns a gravidez, o primeiro filho, a primeira união e a formação de família própria. Em muitos casos, há a interrupção da carreira escolar, ligada ou não à gravidez. Esses eventos têm estreita relação com a posição subordinada da mulher na sociedade, e podem trazer grande impacto nas trajetórias no mercado de trabalho por parte das jovens.

Por exemplo, em uma pesquisa com jovens de 18 a 24, moradores de quatro grandes centros urbanos, observou-se uma associação inversa da ocorrência de gravidez na adolescência com a inserção no mercado de trabalho, sendo o evento mais freqüente entre as que não estavam trabalhando por ocasião da entrevista e as com menor escolaridade (Aquino et al, 2004). Com o nascimento de um filho antes dos 20 anos, parte das moças parou os estudos temporária (25,0%) ou definitivamente (17,3%), mas 42,1% já se encontravam fora da escola. Os autores concluem que em contextos fortemente marcados por desigualdades de gênero e classe social, a maternidade se apresenta não apenas como "destino", mas como fonte de reconhecimento social para as jovens mulheres, que desprovidas de projetos educacionais e profissionais, seguem as expectativas tradicionais em relação aos papéis de gênero.

Os recém lançados dados da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher de 2006 confirmam essa tendência. Os resultados da pesquisa apontam para uma acentuação do processo de rejuvenescimento da reprodução no Brasil. A fecundidade das mulheres mais jovens (15 a 19 anos) passou a representar 23% da taxa total, em 2006, em contraste com 17%, em 1996, ao passo que as acima de 35 anos que representavam 13%, contribuem agora com 11%. Entre as jovens de 15 a 19 anos, 23% estavam grávidas no momento da pesquisa e 12% já estiveram grávidas, mas não tiveram filhos nascidos vivos (PNDS, 2006). No entanto, apesar da crescente

prevalência desse fenômeno, é forçoso admitir o mesmo se distribui de maneira muito heterogênea pelos diferentes estratos sociais, sendo, de acordo com todas as evidências, “um fenômeno dominado pelas jovens socioeconomicamente desfavorecidas” (Bassi, 2008, p.9).

Contudo, não se parte aqui do pressuposto de que todo filho gerado por uma adolescente não foi planejado, ou seja, indesejado, nem mesmo de que a gravidez na adolescência seja necessariamente um problema social, médico ou psicossocial. Sem dúvida alguma, o aumento da incidência da gravidez na adolescência é um fenômeno de determinação múltipla e complexa e de caráter heterogêneo (Heilborn, 2006). Mas do mesmo modo que sua incidência varia entre classes sociais, sem dúvida alguma a experiência da maternidade precoce, e as suas conseqüências, também são vividas de maneiras distintas por jovens de diferentes classes sociais.

No Brasil, as proporções de gravidez na adolescência nos estratos mais altos têm os mesmos níveis dos encontrados em países desenvolvidos, ao passo que os níveis dos estratos mais pobres assemelham-se aos de países pouco desenvolvidos (Aquino et al., 2006). Nas camadas mais pobres da população, a maternidade na adolescência tende a ter conseqüências para a vida escolar e profissional da jovem, seja o nascimento de uma criança planejado ou apenas aceito, seja ele resultado de um projeto de vida possível ou a única alternativa de reconhecimento e valorização social. Em outras palavras, tais conseqüências ocorrem independentes da tomada de decisão, seja ela antes ou depois da gravidez, de ter a criança e, eventualmente, de formar uma nova família. Nesse sentido, projetos pessoais podem ser solapados ou sequer serem vislumbrados.

Na nossa pesquisa seguimos uma estratégia de análise que nos possibilitou detalhar essa relação complexa entre a desigualdade das relações de gênero na esfera da vida privada, com a inserção na esfera do trabalho por parte da jovem. Para isso recorremos à construção de indicadores de autonomia que possam avaliar o impacto e permanência das desigualdades de gênero para além dos indicadores de renda, ocupação e educação tradicionalmente utilizados nas análises sobre esse fenômeno. O uso desses indicadores de autonomia, que nos permite mensurar o impacto da desigualdade de gênero, tem se mostrado muito útil em pesquisas realizadas em diferentes países como indicadores que permitam mensurar em sua extensão o impacto da desigualdade de gênero, tanto em nível macro quanto micro de análise. Nesses trabalhos autonomia é definida como: "o nível de acesso aos, e o nível de controle da mulher sobre, recursos materiais (incluindo comida, renda, terra e outras formas de riqueza) e recursos sociais

(incluindo conhecimento, poder e prestígio) dentro da família e da sociedade em geral" (Dixon, 1978 apud Jejeebhoy, 2000: 205). Basicamente, o conceito de autonomia reflete a extensão na qual a mulher pode exercer controle sobre suas próprias vidas dentro do âmbito familiar e ter acesso a participação no âmbito público, no mercado de trabalho e na vida política se desejar. Os indicadores para autonomia feminina são usados em referência, mas não exclusivamente, à capacidade da mulher tomar iniciativas e ações sem ter de pedir aprovação do parceiro (Casique, 2001).

Baseado nas definições acima, cinco dimensões de autonomia foram selecionadas e indicadores para cada uma foram criados por Jejeebhoy (2000:218): autoridade para tomar decisões econômicas e relacionadas com os filhos; mobilidade; ausência de ameaça do companheiro; acesso e controle de recursos econômicos.

Pesquisas que trabalharam com indicadores de autonomia (em suas diferentes dimensões) encontraram evidências de que o aumento do controle das mulheres sobre suas próprias vidas e de seu acesso a recursos materiais e sociais, tem sido um fator central para a melhoria da condição de vida e de saúde das mulheres e das crianças em numerosos países, no entanto o foco desses estudos geralmente têm se mantido sobre questões relativas a saúde reprodutiva (Riley, 1997; Jejeebhoy, 1995; Mason, 1993, Das Gupta, 1990).

No caso do Brasil especificamente, não são comuns estudos que utilizam variáveis relacionadas à autonomia e à capacidade de tomada de decisões da mulher, como indicadores de desigualdade de gênero, analisando seu impacto na trajetória de vida da mesma. Pesquisas utilizando-se dessas variáveis tendem a se concentrar em países da Ásia e da África. Entretanto, estudos recentes no México indicam sua adequação para dimensionar desigualdade nas relações de gênero na América Latina (Casique, 2001). Nesse trabalho de construção de indicadores de autonomia e na análise da interação entre eles, partimos de indicadores de diferentes dimensões da autonomia, previamente utilizados em pesquisas sobre o tema, realizadas em outros países. O desafio que se apresenta aqui é o de se construir indicadores das diversas dimensões da autonomia na vida mulher, que tenham sentido dentro do contexto de vida das mulheres pertencentes às classes populares e médias urbanas no Brasil.

Outra questão que emerge ao se analisar esses trabalhos: poucos estudos se concentram especificamente sobre a questão da autonomia e capacidade de tomar decisões da mulher jovem/adolescente dentro do domicílio. Apesar disso, há evidências

suficientes para que esse grupo mereça um estudo diferenciado de mulheres em outras faixas etárias, devido à sua situação específica de vulnerabilidade observada Gage (2000). Estudos indicam que há particularidades na situação da mulher jovem que já tiveram filhos dentro ou não de uniões estáveis, que difere da situação da mulher jovem que não é sexualmente ativa, ou que nunca engravidou (Chacham et al. (2005). As primeiras têm mais filhos, usam menos contraceptivos, se esterilizam mais cedo e não se previnem contra AIDS/DSTs (PNDS, 1996). Finalmente, resultados de estudo recentes realizados tanto em Belo Horizonte (Chacham et al. 2007) quanto em outras capitais do país (Aquino e at, 2006) nos quais foram utilizados indicadores de autonomia relacionados às questões de gênero indicam uma correlação positiva entre maior autonomia da mulher jovem com menor vulnerabilidade na sua trajetória sexual e reprodutiva e também uma possibilidade de inserção mais qualificada no mercado de trabalho.

## **DESENHO DA PESQUISA E MÉTODOS**

Dentro do previsto pelo nosso projeto, duas pesquisas tipo *survey*, ambas realizadas na região centro-sul de Belo Horizonte entre janeiro e dezembro de 2007. Essa região foi escolhida por concentrar em uma mesma área alguns dos bairros com o IDH mais alto da cidade, assim como as maiores favelas da cidade. Na primeira pesquisa foram entrevistadas 292 mulheres jovens e adolescentes (entre 15 e 24 anos de idade) moradoras de bairros de classe média e classe média-alta da região centro-sul de Belo Horizonte. A primeira pesquisa, com as jovens de classe média transcorreu entre os meses de fevereiro e setembro de 2007. Na segunda pesquisa foram entrevistadas 356 mulheres jovens e adolescentes (entre 15 e 24 anos de idade) moradoras de favelas (Serra, Barragem, Papagaio, Acaba Mundo e Querosene) localizadas na mesma região da cidade. Essa segunda pesquisa transcorreu entre setembro de 2007 e janeiro de 2008. O tamanho da amostra foi calculado a partir de equação para uma amostra probabilística randomizada com nível de significância de 5% para o total da população de mulheres entre 15 e 24 anos morando nas duas regiões de acordo com os dados do Censo de 2000. Quarenta setores normais (bairros) censitários e trinta setores censitários subnormais (favelas) foram sorteados e foi realizada uma contagem do número de mulheres entre 15 e 24 anos residentes naquele setor. A partir da contagem foi

elaborada uma lista com a idade e o endereço das jovens e foram sorteadas entre 12 a 15 jovens por setor para serem entrevistadas. Foram entrevistadas em média de seis a nove jovens por setor de classe média e entre doze a quinze jovens nos setores subnormais (favelas).

Não houve reposição das jovens selecionadas para compor a amostra. Contudo, no caso das jovens de classe média, devido ao fato que a informação sobre a idade da jovem foi muitas vezes dadas por terceiros (como empregados da casa e porteiros de prédios), houve muito erro na atribuição da idade, sendo que jovens mais jovens ou mais velhas do que a faixa etária alvo da pesquisa. Essas jovens foram substituídas por outras jovens selecionadas aleatoriamente a partir da lista da contagem. No entanto, as jovens que se recusaram a participar da pesquisa não foram repostas, daí o menor número de jovens entrevistadas por setor de classe média do que nos setores das favelas, no qual o percentual de recusas foi muito baixo. Na classe média a maior dificuldade encontrada no campo foi a recusa da jovem em participar da pesquisa, ou dos pais em permitir que a filha participasse, além de uma grande dificuldade em encontrar as mesmas em casa ou com horário disponível para dar entrevistas. No caso da favela, houve períodos nos quais a pesquisa teve de ser suspensa devido a tensão causada por disputas entre os diferentes grupos de traficantes e a polícia.

Para a entrevista, cada jovem foi contatada em casa e após consentir em participar da pesquisa, ela (ou os responsáveis, no caso das menores de 18 anos) assinou um documento de consentimento informado (a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais). As entrevistas foram realizadas no local escolhido pela entrevistada, e duravam em média uma hora. As entrevistadoras eram graduadas ou estudantes de graduação de Ciências Sociais, treinadas e supervisionadas pelo grupo de pesquisadoras que checaram e codificaram o questionário. Vinte por cento de todos os questionários preenchidos por cada entrevistadoras foram checados a partir da confirmação de algumas perguntas consideradas chave. Após a checagem de cada questionário por um membro da equipe, as respostas para as questões abertas e fechadas do questionário foram codificadas, inseridas no banco de dados e analisadas por meio do *Statistical Programme for Social Sciences* (SPSS 11.5). O teste do chi-quadrado foi aplicado e as correlações foram aceitas quando eram próximas ou menores do que 0,05.

O questionário aplicado foi baseado em um modelo de questionário anterior, aplicado na pesquisa **Taquaril** (Chacham et al. 2007). Algumas perguntas foram



eliminadas ou reescritas baseando-se na análise dos dados produzidos pela pesquisa anterior e refletindo os objetivos da atual pesquisa. Outras questões referentes a participação no mercado de trabalho e sobre a autonomia e divisão de trabalho na esfera doméstica foram incorporadas ao questionário a partir do modelo de questionário utilizado por Celi e Scalon (2005) na pesquisa **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. No questionário as seguintes variáveis foram utilizadas como indicadores das diferentes dimensões de autonomia:

Área de autonomia	Variáveis utilizadas no estudo
Sexualidade	Se queria ter a primeira relação sexual; se conversou com o parceiro sobre evitar filhos na primeira relação sexual; se gosta da relação sexual; se o companheiro participa das decisões preventivas; se tem dificuldade em propor o uso da camisinha ao parceiro; se o parceiro já recusou uso da camisinha; conseguiria evitar ou interromper uma relação sexual, caso quisesse.
Mobilidade e acesso a recursos sociais	Lugares onde a mulher pode ir sozinha: centro de saúde, centros comunitários, casa de amigos e parentes, shopping ou outra cidade. Se tem atividades de lazer. Se tem acesso a TV, rádio ou livros. Se tem a chave de casa. Se tem hora marcada para chegar em casa. Se pode sair/ escolher os amigos. Se pode usar a roupa que quiser.
Acesso e controle sobre recursos econômicos	Se tem trabalho remunerado e se controla como seu dinheiro e/ou o dinheiro da casa será gasto. No caso de não ter trabalho, se tem alguma fonte de renda. Se tem liberdade para comprar objeto de uso pessoal. Se tem conta bancário.
Autoridade relacionada com a tomada de decisões sobre os filhos/ divisão de trabalho doméstico	É representada pela informação se a mulher tem o poder de decidir sobre questões como disciplina, o que fazer se a criança adoecer, até que idade os filhos irão estudar e que tipo de escola irão frequentar. Quem cuida das crianças, quem é o principal responsável pelas tarefas domésticas e pelos cuidados cotidianos com as crianças.
Liberdade de ameaças	Se tem medo e/ou foi exposta a violência física, psicológica ou sexual ou outro abuso por parte do parceiro ou parente. Se já viu a mãe ser vítima de violência doméstica. Se sente que pode evitar ou interromper a relação sexual, se quiser. Se pode demandar o uso do preservativo com segurança.

## RESULTADOS

### Perfil econômico e social das entrevistadas

Os dados acerca do perfil social, econômico e demográfico das adolescentes e jovens entrevistadas, estão apresentados na TABELA 1. As jovens entrevistadas, apesar de residirem na mesma região da cidade (Centro-Sul), apresentaram uma caracterização sócio-econômica bastante heterogênea quando se compara as moradoras dos bairros e moradoras das favelas.

Na favela, a renda domiciliar mensal de mais de 60% dos domicílios ficou concentrada em entre um a três salários mínimos (com uma renda média de R\$863,00) o que denota condições materiais bastante precárias, tendo em vista que foi encontrada uma média de seis a sete moradores por domicílio. Nos bairros, a maioria das respondentes declarou uma renda familiar mensal em média de R\$7.600,0. Como o número médio de moradores por domicílio encontrado nesse grupo foi quatro, a renda per capita mensal foi de R\$1.900,00, revelando o abismo econômico entre as adolescentes e jovens moradoras dos bairros e das favelas.

A declaração de que o “pai” é o chefe da família foi muito mais freqüente entre as moradoras dos bairros (51%) do que das favelas (31%). Já o inverso ocorre quanto à declaração de que a “mãe” é chefe da família: 25% entre as moradoras dos bairros – com aumento significativo entre as mais velhas (20 a 24 anos), possivelmente indicando um aumento de separações ou de viuvez entre as mulheres com filhas mais velhas – e 34% entre as moradoras das favelas – com redução significativa entre as mais velhas, dada ocorrência de casamento e união estável entre as jovens, com aumento da declaração de que o “companheiro” é o chefe da família (35% das jovens entre 20 a 24 anos moradoras das favelas). A declaração de que a própria “entrevistada” é a chefe da família ocorreu em 0,7% das moradoras dos bairros e 4,5% das moradoras das favelas.

Em relação ao estado civil, entre as moradoras dos bairros, apenas 2% das jovens estavam casadas ou unidas no momento da entrevista. Entre as moradoras das favelas, apesar de a maioria ainda ser solteira (75%), havia uma proporção muito maior de mulheres que estavam ou estiveram em uma união estável: 17% estavam unidas, 6% casadas, 2% separadas ou divorciadas e houve até o caso de uma jovem viúva. A chance de uma adolescente entre 15 e 19 anos estar casada é 18 vezes maior entre as moradoras da favela, enquanto as chances de uma jovem de 20 a 24 anos estar casada é 11 vezes maior entre as moradoras da favela.

A grande proporção de jovens que se declararam pardas e pretas entre as jovens residentes nas favelas em comparação a maioria de jovens de classe média que se declaram brancas que é outro forte indicativo do nível de desigualdade social. A segregação racial que ocorre nas favelas, reflete a grande correlação entre pobreza e questão racial no Brasil, com a grande maioria da população negra vivendo abaixo da linha da pobreza.

Outro ponto significativo de diferenciação entre esses dois grupos, a predominância das religiões evangélicas ou pentecostais entre as jovens da favela, que já superou a católica em número de adeptos nas regiões pesquisadas. Entre as jovens de classe média, o número de adeptas da religião católica continua ser expressivo, apesar de um grande número de jovens se declararem sem religião e da religião espírita aparecer em segundo lugar como religião declarada.

Com relação à escolaridade, os resultados indicam que o segundo grau é o limite da escolarização das jovens moradoras das favelas, ou seja, elas não conseguem acessar o ensino superior. Entre as adolescentes de 15 a 16 anos, 32% das moradoras do bairro já possuíam 2º grau completo e 17,5% já estavam na universidade; entre as adolescentes da mesma faixa etária moradoras da favela, apenas 9% possuíam o 2º grau completo e nenhuma estava na universidade. Entre as jovens de 20 a 24 anos residentes em bairros de classe média, 70% estava cursando ou já tinha completado um curso superior, enquanto que apenas 3% das jovens residentes em favelas estavam na universidade.

A maioria absoluta (98%) das adolescentes de classe média estava estudando, enquanto que mais de 30% das adolescentes residentes em favelas já havia parado de estudar. Entre elas, 34% haviam parado por ter engravidado e/ou para cuidar dos filhos. Contudo, uma proporção quase idêntica (29%) parou por que não gostava de estudar, dado que aponta para a qualidade deficiente do ensino oferecido na região.

Com relação à inserção das entrevistadas no mercado de trabalho (TABELA 2), observa-se que as moradoras das favelas ingressam mais precocemente no mercado de trabalho. Assim, 25% das adolescentes entre 15 a 19 anos, moradoras das favelas, já exerciam algum trabalho remunerado, contra 14% das adolescentes na mesma faixa etária, moradoras dos bairros. A proporção de jovens de 20 a 24 anos exercendo atividade remunerada era a mesma tanto entre moradoras dos bairros quanto as das favelas, entretanto, tanto a atividade exercida e quanto a remuneração recebida eram substancialmente diferentes.

TABELA 1

Características socioeconômicas e demográficas de adolescentes e mulheres jovens das camadas médias e populares da Região Centro-Sul, por grupo etário. Belo Horizonte, 2007.

Características socioeconômicas e demográficas	Bairros da Centro-Sul			Favelas da Centro-Sul		
	Grupo etário (%)			Grupo etário (%)		
	15 a 19 N=137	20 a 24 N=156	Total N=193	15 a 19 N=206	20 a 24 N=150	Total N=356
<b>Renda mensal<sup>1</sup></b>						
Até 1 SM	0,0	0,0	0,0	15,9	16,1	16,0
De 1 a 2 SM	0,8	2,0	1,4	41,3	34,2	38,3
De 2 a 5 SM	5,5	5,3	5,4	40,8	42,3	41,4
De 5 a 10 SM	18,1	22,5	20,5	2,0	6,7	4,0
De 10 a 20 SM	37,0	34,4	35,6	0,0	0,7	0,3
Mais de 20 SM	38,6	35,8	37,1	0,0	0,0	0,0
<b>Chefe de casa<sup>1</sup></b>						
Pai	72,3	57,9	64,7	41,3	21,3	32,8
Mãe	19,0	30,3	24,9	40,1	26,0	34,2
Marido	1,5	2,0	1,7	7,7	34,0	18,8
Entrevistada	0,0	1,3	0,7	1,0	9,3	4,5
Padrasto	2,2	3,9	3,1	4,3	1,3	3,1
Outros	5,1	4,6	4,8	5,8	8,0	6,7
<b>Situação conjugal<sup>1</sup></b>						
Casada/unida	0,7	3,2	2,0	12,6	36,7	22,7
Separada/solteira	99,3	96,8	98,0	87,4	63,3	77,3
<b>Está ou já foi casada/unida<sup>1</sup></b>						
Sim	1,5	4,5	3,0	14,1	54,0	34,0
Não	98,5	95,5	97,0	85,9	46,0	67,0
<b>Cor<sup>2</sup></b>						
Branca	64,2	73,1	68,9	14,5	12,7	13,7
Parda	28,5	15,4	21,5	62,3	52,7	58,3
Preta	2,9	5,1	4,1	22,2	32,0	26,3
Amarela	1,5	0,6	1,0	0,0	0,0	0,0
<b>Religião<sup>2</sup></b>						
Nenhuma	23,5	40,6	32,5	20,4	19,9	20,2
Católica	67,2	54,9	60,7	35,0	39,7	36,9
Evangélica	9,2	4,5	6,7	44,7	40,4	42,9
Espírita/AfroBrasileira	13,1	14,7	13,9	0,5	2,7	1,6
<b>Escolaridade<sup>1</sup></b>						
Até 4ª série	0,0	0,0	0,0	2,9	8,7	5,3
De 5ª à 8ª série	12,4	1,9	6,8	60,9	39,3	51,8
2º grau incompleto	38,0	2,6	19,1	28,5	14,7	22,7
2º grau completo	44,5	25,0	34,1	7,7	34,0	18,8
Superior incomp/comp	5,1	70,5	39,9	0,0	3,3	1,4
<b>Está estudando<sup>1</sup></b>						
Sim	98,5	82,7	90,1	65,7	11,3	42,9
Não	1,5	17,3	9,9	34,3	88,7	57,1
<b>Porque parou de estudar? <sup>1</sup></b>	<b>N=2</b>	<b>N=27</b>	<b>N=29</b>	<b>N=71</b>	<b>N=133</b>	<b>N=204</b>
Se formou	50,0	66,7	65,5	14,1	28,6	23,5
Para trabalhar	0,0	11,1	10,3	7,0	21,8	16,7
Engravidou/cuidar de filhos	0,0	3,7	3,4	33,8	23,4	27,0
Não gostava da escola	0,0	7,4	6,9	29,6	15,0	20,1
Dificuldades no acesso a escola	0,0	0,0	0,0	7,0	8,3	7,8
Outros	50,0	11,1	13,8	8,5	3,0	4,9

<sup>1</sup> Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor

<sup>2</sup> Correlação não significativa com p-valor=0,05 ou menor

Entre as moradoras dos bairros o rendimento médio mensal foi de R\$ 700,00 e predominaram as seguintes categorias de inserção no mercado de trabalho: estagiários do ensino superior (47,4%), trabalhadores dos serviços administrativos, comércio e atendentes (19,9%) e trabalhadores de nível superior (15,5%). Entre as moradoras das favelas o rendimento médio mensal foi de R\$ 330,00 – menos do que a metade do que receberam as moradoras dos bairros – e predominaram as seguintes categorias de inserção no mercado de trabalho: trabalhadores dos serviços administrativos, comércio e atendentes (56,3%); trabalhadores domésticos (23,8%) e prestadores de serviços não-especializados (9,5%). Observa-se claramente uma concentração das jovens residentes em favelas em empregos no setor de serviços de baixa qualificação, caracterizados por baixo salários, baixa estabilidade no emprego e poucas chances de ascensão profissional. Considerando que 34% das jovens entre 20 a 24 anos residentes em favelas já tinha completado o segundo grau, isso evidencia a limitação desse diploma em promover uma inclusão mais qualificada no mercado de trabalho. Entre as jovens de classe média, somente entre as mais novas predominava a atividade no setor comercial, sendo substituído a partir do 20 anos pelo estágio de nível superior e profissões que exigem nível superior.

Entre as que não estavam trabalhando, o número de jovens desempregadas e procurando o primeiro emprego era muito superior entre as residentes em favelas. A grande maioria das adolescentes residentes nos bairros de classe média, não trabalhava por se dedicaram ao estudo exclusivamente, e um grande número das jovens entre 20 a 24 anos também. Apesar de um número significativo de adolescentes residentes em favelas declarar que só estudavam (54%), essa proporção é bem menor do que entre as adolescentes e jovens de classe média. Entre as jovens de 20 a 24 anos residentes em favelas quase 30 % não estudava por já ter filhos e/ou ser dona de casa, tempo integral.

Em relação ao vínculo empregatício, as chances das jovens de favela de ter carteira assinada eram maiores, mas isso reflete mais o tipo de inserção no mercado de trabalho das mesmas, como comerciárias e domésticas do que uma situação realmente estável. Em grandes cidades a probabilidade de empregados do setor de serviços e domésticos terem sua carteira assinada é bem maior. Em contraste, o predomínio de estagiárias de nível superior entre as jovens de classe média, se impossibilita a carteira assinada naquele momento, sinaliza para uma inserção mais qualificada no futuro profissional das mesmas e a possibilidade de uma carreira.

TABELA 2

Características da participação na força de trabalho de adolescentes e mulheres jovens das camadas médias e populares da Região Centro-Sul, por grupo etário. Belo Horizonte, 2007.

Características socioeconômicas e demográficas	Bairros da Centro-Sul			Favelas da Centro-Sul		
	Grupo etário (%)			Grupo etário (%)		
	15 a 19 N=137	20 a 24 N=156	Total N=193	15 a 19 N=206	20 a 24 N=150	Total N=356
<b>Exerce trabalho remunerado<sup>1</sup></b>						
Sim	13,9	50,6	33,4	25,2	49,3	35,3
Não	86,1	49,4	66,6	74,8	50,7	64,7
<b>Porque não está trabalhando? <sup>1</sup></b>						
Desempregada	2,7	22,1	12,4	13,5	41,0	27,3
Procurando 1º emprego	6,0	9,1	7,2	18,7	5,3	14,3
Estudante	88,0	63,6	75,8	54,0	9,2	31,6
Cuida dos filhos/grávida	0,0	1,3	0,6	5,2	17,1	9,1
Dona de casa	0,0	0,0	0,0	4,5	11,8	6,9
Outros	2,5	3,9	3,7	4,5	6,6	5,2
<b>Trabalha ou já trabalhou fora<sup>1</sup></b>						
Sim	28,5	75,0	53,2	46,9	85,9	63,2
Não	71,5	25,0	46,8	53,1	14,1	36,8
<b>Idade média ao primeiro emprego</b>	15,8	18,0	17,5	15,3	16,4	15,9
<b>Renda média mensal (em reais)</b>	486,00	754,00	700,80	283,00	363,00	330,00
<b>Média diária de horas de trabalho</b>	5,2	5,4	5,3	5,9	6,8	6,4
<b>Tipo de atividade que exerce no momento <sup>2</sup></b>						
Trabalhadores de nível superior	0,0	19,0	15,3	0,0	1,4	0,8
Trabalhadores dos serviços administrativos, comércio e atendentes	47,4	22,8	17,6	71,2	45,9	56,3
Estagiários do ensino superior	36,8	50,6	48,0	1,9	1,4	1,6
Estagiários de segundo grau	0,0	0,0	0,0	9,6	6,8	7,8
Prestadores de serviços especializados	5,3	2,5	3,1	0,0	0,0	0,0
Trabalhadores manuais/serviços não especializados	0,0	0,0	0,0	7,7	10,8	9,5
Trabalhadores domésticos	0,0	0,0	0,0	9,6	33,8	23,8
Artistas e similares	10,5	5,1	6,1	0,0	0,0	0,0
<b>Vínculo empregatício <sup>2</sup></b>						
Empregada c/ carteira assinada, tempo integral	15,8	17,7	17,3	23,1	43,2	34,9
Empregada s/ carteira assinada, tempo integral	5,3	11,4	10,2	15,4	10,8	12,7
Empregada c/ carteira assinada, tempo parcial	0,0	3,8	3,1	9,6	14,9	12,7
Empregada s/ carteira assinada, tempo parcial	10,5	2,5	4,1	21,1	10,8	15,1
Autônoma/profissional liberal, paga INSS	5,3	6,4	5,6	0,0	1,4	0,8
Autônoma/profissional liberal, não paga INSS	21,1	6,3	9,2	13,5	14,9	14,3
Estagiária/ Aprendiz	42,1	51,9	20,0	17,3	4,3	9,1
Outros						

<sup>1</sup> Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor

<sup>2</sup> Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor somente para as jovens residentes em favelas

## Determinantes do comportamento sexual e reprodutivo

A TABELA 3 apresenta os dados relativos à experiência sexual e reprodutiva das adolescentes e mulheres jovens entrevistadas, de acordo com o local da residência: bairros ou favelas da região centro-sul de Belo Horizonte. De acordo com os dados, as moradoras da favela começam sua vida sexual e reprodutiva mais cedo do que as moradoras dos bairros.

TABELA 3

Comportamento sexual e reprodutivo das adolescentes e mulheres jovens moradoras dos bairros e das favelas da Região Centro-Sul, segundo faixa etária. Belo Horizonte, 2007.

Comportamento sexual e reprodutivo	Bairros		Favelas	
	Grupo etário (%)		Grupo etário (%)	
	15 a 19 N=136	20 a 24 N=152	15 a 19 N=206	20 a 24 N=150
<b>Experiência sexual e gravidez<sup>1</sup></b>				
Fez sexo e ficou grávida	1,5	5,8	20,3	62,7
Fez sexo e não ficou grávida	44,5	84,6	29,6	26,7
Nunca fez sexo	54,0	9,6	50,2	10,7
<b>Média de idade na 1º relação (em anos)</b>	16	17,7	15	16
<b>Idade da primeira relação sexual<sup>1</sup></b>				
Até 14 anos	7,3	4,5	16,4	17,3
De 15 a 18 anos	38,7	53,2	33,3	55,3
Acima de 18 anos	0,0	33,3	0,0	16,7
Nunca teve relação sexual	54,0	9,0	50,2	10,7
<b>Média de idade na 1º gravidez (em anos)</b>	17	19,7	16	18
<b>Idade da primeira gravidez<sup>1</sup></b>				
Até 14 anos	0,0	0,0	4,3	2,7
De 15 a 18 anos	1,5	1,9	15,0	35,3
Acima de 18 anos	-	3,8	1,0	24,7
Nunca engravidaram	98,5	94,2	79,7	37,3

<sup>1</sup> Correlação significativa com p-valor=0,05

Entre as moradoras dos bairros, 70% das jovens declararam já ter tido relação sexual. A idade média da primeira relação sexual foi de 17 anos, com número médio de três parceiros. A idade média do primeiro parceiro, declarada pela entrevistada, foi de 20 anos de idade. Entre as que já iniciaram a vida sexual, 61% declararam ter usado preservativo na primeira relação e apenas 4% declararam ter ficado grávida alguma vez. Entre as que já engravidaram, apenas uma entrevistada ficou grávida antes dos 20 anos. Já entre as moradoras das favelas, 67% das jovens já haviam tido relação sexual na época da entrevista. A idade média da primeira relação foi de 15,7 anos e a idade média do parceiro foi de 20,6 anos. O número médio de parceiros foi 2,5. Entre as jovens que

já tiveram relação sexual, 71% declararam ter usado camisinha na primeira relação e 57% já ficaram grávidas pelo menos uma vez, sendo que entre essas, 80% tiveram a primeira gravidez antes dos 20 anos.

TABELA 4

Determinantes socioeconômicos do comportamento sexual e reprodutivo das adolescentes e mulheres jovens moradoras dos bairros e das favelas da Região Centro-Sul, Belo Horizonte, 2007.

	Bairro				Favela			
	Nunca fez sexo N=89	Fez sexo e engravidou até 18 anos N=5	Fez sexo e engravidou após 18anos N=6	Fez sexo e nunca engravidou N=193	Nunca fez sexo N=120	Fez sexo e engravidou até 18 anos N=97	Fez sexo e engravidou após 18 anos N=39	Fez sexo e nunca engravidou N=101
<b>Chefe de família<sup>1</sup></b>								
Entrevistada	0,0	0,0	0,0	1,1	0,8	10,3	5,1	3,0
Mãe	15,7	60,0	33,3	28,0	34,2	16,8	30,8	42,6
Pai	79,8	20,0	33,3	59,8	57,5	15,5	7,7	29,7
Companheiro	0,0	20,0	33,3	1,1	0,0	35,1	51,3	12,9
Padrasto	1,1	0,0	0,0	4,2	2,5	3,1	2,6	4,0
Outros	3,4	0,0	0,0	5,8	5,0	9,3	2,6	7,9
<b>Renda<sup>1</sup></b>	0,0	0,0	0,0	-0,0	12,6	25,8	18,4	9,4
Até 1 SM	0,0	20,0	0,0	1,6	34,5	36,1	36,8	45,8
De 1 a 2 SM	3,8	20,0	0,0	5,9	19,6	36,1	36,8	38,5
De 2 a 5 SM	13,8	20,0	33,3	23,0	3,4	2,1	7,9	5,2
De 5 a 10 SM	45,0	0,0	16,7	33,2	0,0	0,0	0,0	1,0
De 10 a 20 SM	37,5	40,0	50,0	36,4	0,0	0,0	0,0	0,0-
<b>Escolaridade<sup>1</sup></b>	0,0	0,0	0,0	2,6	1,7	11,3	0,0	5,9
Até 5ª série	16,9	0,0	0,0	0,0	51,7	60,8	43,6	46,5
6ª até 8ª série	47,2	0,0	0,0	7,3	30,0	13,4	23,1	22,8
2º incompleto	22,5	60,0	0,0	39,9	15,8	13,4	28,2	23,8
2º grau completo	13,5	40,0	100,0	50,3	0,8	1,0	5,1	1,0
Superior in/completo								
<b>Está estudando<sup>1</sup></b>								
Sim	98,9	80,0	83,3	86,5	75,8	19,6	10,3	38,6
Não	1,1	20,0	16,7	13,5	24,2	80,4	89,7	61,4
<b>Religião<sup>2</sup></b>	20,5	33,3	100	36,2	15,0	24,0	13,5	25,3
Nenhuma	68,7	66,7	0,0	58,8	42,5	32,3	37,8	34,3
Católica	10,8	0,0	0,0	5,0	42,5	43,8	48,6	40,4
Evangélica								
<b>Faixa etária primeira vez<sup>1</sup></b>								
Até 14 anos	0,0	60,0	0,0	7,3	0,0	34,0	12,8	21,8
De 15 a 18 anos	0,0	40,0	100,0	66,3	0,0	64,9	61,5	64,4
18 anos ou mais	1,1	0,0	0,0	26,4	0,0	1,0	25,6	13,9
Nunca fez sexo	98,9	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0
<b>Situação Conjugal<sup>1</sup></b>								
Casada/unida	0,0	20,0	33,3	1,6	0,0	44,3	51,3	17,8
Solteira/sep.viúva	100,0	80,0	66,7	98,4	100,0	55,7	48,7	82,2

<sup>1</sup> Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor

<sup>2</sup> Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor somente para as jovens residentes nos bairros

A TABELA 4 buscou identificar quais os fatores socioeconômicos são mais importantes na diferença da trajetória sexual e reprodutiva das adolescentes e jovens



moradoras da favela e dos bairros. Considerando as adolescentes (15 à 19 anos) moradoras das favelas que já fizeram sexo – tanto as que ficaram grávidas quanto as que não ficaram grávidas –, é mais provável que elas tenham escolaridade até 8ª série, morem em casas chefiadas pela mãe onde a renda familiar é até 3 salários mínimos. Já entre as adolescentes da mesma faixa etária que nunca fizeram sexo, é mais provável que elas morem em casas chefiadas pelo pai. Para as adolescentes da favela, morar com mãe é mais protetor para as sexualmente ativas não ficarem grávidas, possivelmente em função de uma atitude menos conservadora da mãe na educação sexual da filha.

Considerando as jovens (20 à 24 anos) moradoras das favelas que já fizeram sexo e ficaram grávidas, é mais provável que elas tenham escolaridade até 8ª série, morem em casas chefiadas pelo companheiro onde a renda familiar é até 3 salários mínimos. Já entre as adolescentes da mesma faixa etária que fizeram sexo e nunca ficaram grávidas, é mais provável que elas tenham até segundo grau completo e morem em casas chefiadas pelo pai, da mesma forma que as que nunca fizeram sexo. Ou seja, a alta escolaridade e um ambiente doméstico mais ortodoxo retardam a relação sexual e a gravidez entre as jovens que moram na favela.

Já entre as adolescentes moradoras do bairro, a gravidez até os 24 anos é um evento relativamente raro, e as análises são possíveis apenas para ocorrência ou não de relação sexual. Com a idade média da primeira relação sexual é 17 anos, é mais provável que adolescentes (15 à 19 anos) moradoras dos bairros que já fizeram sexo tenham uma escolaridade mínima de 2º grau. Entre as jovens (20 a 24 anos), à medida que aumenta a renda familiar aumenta a chance dela não ter tido sexo, o que não se repete com o aumento da escolaridade.

Outro importante grupo de fatores determinantes do comportamento sexual e reprodutivo de adolescentes e mulheres jovens é o relacionado com a autonomia, conforme mostrado na TABELA 5. Considerando as adolescentes e jovens moradoras das favelas que nunca fizeram sexo, observa-se que elas estão menos expostas à arbitrariedade de um companheiro nas suas decisões sobre roupas ou amigos/as. Já entre as que fizeram sexo, a gravidez é mais provável entre as que se relacionam com parceiros autoritários. Considerando as adolescentes (15 à 19 anos) moradoras dos bairros que já fizeram sexo e ficaram grávidas, é mais provável que o companheiro as tenham proibido usar algum tipo de roupa ou de ter amigos/as. Entre as que fizeram sexo e nunca ficaram grávidas e as que não fizeram sexo, é mais provável que ninguém as tenha proibido de usar algum tipo de roupa ou de ter amigos/as. Considerando as

jovens (20 à 24 anos) moradoras dos bairros, este aspecto já não se mostra relevante. Ou seja, há uma relação entre a falta de autonomia e o início precoce da vida sexual e reprodutiva.

TABELA 5

Autonomia e comportamento sexual e reprodutivo das adolescentes e mulheres jovens moradoras dos bairros e favelas da Região Centro-Sul, por faixa etária. Belo Horizonte, 2007.

	Bairro				Favela			
	Nunca fez sexo N=89	Fez sexo e engravidou até 18 anos N=5	Fez sexo e engravidou após 18anos N=6	Fez sexo e nunca engravidou N=193	Nunca fez sexo N=120	Fez sexo e engravidou até 18 anos N=97	Fez sexo e engravidou após 18 anos N=39	Fez sexo e nunca engravidou N=101
<b>Quem proibiu roupas<sup>1</sup></b>								
Pais	23,9	20,0	16,7	15,2	27,7	12,4	10,3	10,9
Companheiro	0,0	60,0	0,0	8,4	4,2	44,3	35,9	33,7
Ninguém	76,1	20,0	83,3	76,4	68,1	43,3	53,8	55,4
<b>Quem proibiu amigos<sup>1</sup></b>								
Pais/Parentes	7,9	20,0	16,7	17,7	28,0	16,5	12,8	20,0
Companheiro	7,9	40,0	33,3	9,9	3,4	36,1	30,8	19,0
Ninguém	84,3	40,0	50,0	72,4	68,6	47,4	56,4	61,0
<b>Quem determina hora<sup>1</sup></b>								
Os pais	62,5	40,0	0,0	21,4	64,4	11,5	5,1	29,0
Marido	-	-	-	-	0,0	6,2	5,1	5,0
Ninguém	37,5	60,0	100,0	78,6	35,6	82,3	89,7	66,0
<b>Conversou com o parceiro sobre como evitar filhos antes da primeira relação sexual<sup>2</sup></b>								
Sim	-	0,0	50,0	50,3	-	39,6	53,8	64,4
Não	-	100,0	33,3	46,6	-	59,4	46,2	35,6
<b>Usou camisinha na primeira relação sexual<sup>2</sup></b>								
Sim	-	80,0	83,3	88,6	-	56,7	74,4	82,2
Não	-	20,0	16,7	11,4	-	43,3	25,6	17,8
<b>Usou camisinha na última relação sexual<sup>1</sup></b>								
Sim	-	40,0	0,0	55,4	-	32,0	41,0	57,4
Não	-	60,0	100,0	44,6	-	68,0	59,0	42,6
<b>Não usaram nenhum método<sup>2</sup></b>								
Sim	-	0,0	16,7	5,7	-	40,6	17,9	14,9
Não	-	100,0	83,3	94,3	-	59,4	82,1	85,1
<b>Já propôs camisinha e parceiro recusou<sup>2</sup></b>								
Sim	-	20,0	0,0	10,9	-	29,9	46,2	21,8
Não	-	80,0	100,0	89,1	-	70,1	53,8	78,2
<b>Já foi agredida fisicamente por um parceiro<sup>1</sup></b>								
Sim	0,0	20,0	16,7	2,6	0,0	25,8	20,5	18,8
Não	100,0	80,0	83,3	97,4	100,0	74,2	79,5	81,2

<sup>1</sup> Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor

<sup>2</sup> Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor somente para as jovens residentes em favelas

Outros indicadores usados como marcadores de autonomia foram os relacionados com o uso do preservativo: uso na primeira relação sexual, uso na última relação sexual e recusa do parceiro em usar o preservativo. Há uma clara relação entre baixa frequência de uso do preservativo e ocorrência da gravidez, em todas as faixas etárias. Também se observa relação entre o uso do preservativo na primeira relação sexual e ocorrência da gravidez: quando há o uso na primeira relação sexual, menor a probabilidade da ocorrência de uma gravidez, indicando a importância da preocupação preventiva/contraceptiva estar presente no início da vida sexual.

A frequência do uso do preservativo caiu significativamente entre a primeira e a última relação sexual, principalmente entre as que já ficaram grávidas e as mais velhas. O que ocorre é que, com o tempo, as jovens substituem o preservativo por outro método contraceptivo, tanto porque a estabilidade de uma relação passa a ser suficiente para proteger de uma DST/AIDS quanto por que o casal realiza a testagem conjunta para o HIV, esta última prática largamente utilizada pelas adolescentes e jovens moradoras dos bairros. Por fim, a recusa do parceiro em usar o preservativo impacta significativamente a possibilidade de uma jovem de ficar grávida.

### **Percepções, atitudes e práticas nas relações de gênero**

Observa-se, que tanto as adolescentes e jovens da favela quanto as das jovens classe média ainda reproduzem, no discurso, vários estereótipos de gênero, mas as da favela apresentam uma posição mais conservadora do que as da classe média. Por outro lado, o conservadorismo tende a diminuir quando se trata de questões do espaço público (trabalho e renda) e a aumentar quando se trata de questões do espaço privado (sexualidade), nos dois grupos. Tanto as adolescentes e jovens da favela quanto as jovens de classe média tendem a reproduzir a perspectiva de que há uma diferença biológica entre os sexos, e que estes são opostos e complementares. Também é notável que as adolescentes e jovens da classe média sejam mais relativistas em sua perspectiva, e quase sempre escolheram mais “não concorda nem discorda” do que as de favela, o que pode estar indicando uma maior reflexão sobre os papéis tradicionais de gênero.

No que diz respeito ao lugar da mulher e do homem na relação com trabalho e renda, 50% das adolescentes e jovens da favela concordaram que o homem deve ser o principal responsável pelas despesas da casa, e apenas 5% das adolescentes e jovens da classe média concordaram com essa afirmativa. Também é mais frequente que as adolescentes e jovens da favela concordarem que o homem sabe lidar melhor com o

dinheiro (27,5 contra 4,8%), que a mulher só deve trabalhar fora se o companheiro deixar (15,1 contra 0,7%), que o ideal é que a mulher pare de trabalhar quando tem filhos pequenos (47,1% contra 14,3%), que trabalhar fora de casa não é importante para a mulher se realizar (16,0 contra 2,4%), que a vida familiar fica prejudicada quando a mulher tem um emprego de tempo integral (45,4 contra 19,1%), que crianças pequenas sofrem mais quando a mãe trabalha (76,5 contra 43,7%) e que uma mãe que trabalha fora não consegue estabelecer uma relação tão carinhosa e dedicada com seus filhos (49,3 contra 11,9%).

**TABELA 6**

Percepções das adolescentes e mulheres jovens moradoras dos bairros e favelas da Região Centro-Sul dos estereótipos de gênero acerca de trabalho e renda. Belo Horizonte, 2007.

Percepções sobre gênero e trabalho	FAVELAS			BAIRROS		
	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo	Concordo	Não concordo nem discordo	Discordo
O homem deve ser o principal responsável pelas despesas da casa	50,1	10,6	39,2	5,1	10,6	84,3
O homem sabe lidar melhor com o dinheiro	27,5	7,6	65	4,8	11,6	83,6
A mulher só deve trabalhar fora de casa se o companheiro deixar	15,1	2,5	82,4	0,7	0,7	98,6
O ideal é que a mulher pare de trabalhar quando tem filhos pequenos	47,1	12,9	40,1	14,3	22,9	62,8
O dinheiro do meu parceiro também é meu, mas o meu dinheiro é só meu	23,2	4,2	72,5	5,8	6,8	87
Quem tem mais dinheiro deve ter a palavra final nas decisões da casa	16	5,9	78,2	2,4	5,8	91,1
Trabalhar fora de casa não é importante para a mulher se realizar	16	3,9	80,1	4,4	18,1	76,8
No final das contas, a vida familiar fica prejudicada quando a mulher tem um emprego de tempo integral.	45,4	10,4	44,3	19,1	22,5	57,7
Crianças pequenas (até 5 anos) sofrem mais quando a mãe trabalha	76,5	9	14,6	43,7	29,4	26,6
Uma mãe que trabalha fora não consegue estabelecer uma relação tão carinhosa e dedicada com seus filhos quanto uma mãe que não	49,3	10,6	40,1	11,9	17,4	70,6
Trabalhar é bom, mas o que a maioria das mulheres realmente quer é ter um lar e filhos	48,2	9,0	42,9	11,6	27,0	61,4
O trabalho do homem é ganhar dinheiro, o da mulher é cuidar da casa e da família	27,2	8,4	64,4	0,7	3,1	96,2

Ser dona de casa é tão gratificante quanto trabalhar fora	47,6	10,9	41,5	17,7	40,6	41,6
---	------	------	------	------	------	------

## Trabalho e renda

Observa-se, que o projeto de profissionalização e inserção no mercado de trabalho é muito mais relevante para as adolescentes e jovens moradoras dos bairros do que para as moradoras da favela. Trabalhar horário integral é desejo de quase todas as moradoras dos bairros, exceto na hipótese de filhos até 5 anos de idade, quando trabalhar meio expediente é a preferência. Já as moradoras da favela relatam maior preferência por trabalhar meio expediente e não trabalhar quando se tem filhos pequenos é uma opção para cerca de 1/5 delas, possivelmente porque deixar um filho pequeno em casa ou na creche custaria mais do que não trabalhar.

É mais freqüente, entre as moradoras da favela, maior expectativa de que o homem ganhe mais do que a mulher (14,8% contra 6,2% das moradoras do bairro), enquanto para as moradoras do bairro, não importa quem ganha mais (71% contra 47% das moradoras das favelas).

TABELA 7

Opiniões das adolescentes e mulheres jovens moradoras dos bairros e das favelas da Região Centro-Sul acerca do trabalho da mulher. Belo Horizonte, 2007.

A mulher deve trabalhar	Favela				Bairro			
	Horário integral	Meio expediente	Não trabalhar	NS/NR	Horário integral	Meio expediente	Não trabalhar	NS/NR
Depois de casar e antes de ter filhos	65,0	33,1	2,0	0,0	88,0	9,6	2,4	0,0
Quando tem filho pequeno (< 5 anos)	13,2	63,3	23,0	0,6	21,2	68,6	7,8	0,0
Depois que o filho caçula entrar na escola	56,9	39,2	3,6	0,3	78,5	17,7	3,1	0,3
Depois que os filhos crescerem	86,0	12,0	1,7	0,3	93,5	4,1	2,0	0,0

Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor

O acesso ao trabalho e renda apresenta relação com o comportamento sexual e reprodutivo (TABELA 8). Entre as moradoras da favela que nunca fizeram sexo estão as adolescentes mais novas, e por isso a maioria delas, apesar da baixa escolaridade, ainda está estudando, e não exerce atividade remunerada. Neste grupo, e nas que fizeram sexo e não engravidaram, os planos para o futuro são, em sua maioria, trabalhar e estudar. Já entre as moradoras das favelas que tiveram sexo e não engravidaram, quase 40% ainda está estudando e são trabalhadoras de serviços administrativos, comércio e atendentes.

As moradoras das favelas que vivenciaram a gravidez na adolescência (antes dos 18 anos) são as jovens de mais baixa escolaridade (até ginásio), que não estão estudando nem trabalhando. Entre as que foram mães adolescentes e estão trabalhando, a atividade mais comum é o trabalho doméstico. Ou seja, as jovens que foram mães adolescentes correm um risco maior de inserção precária no mercado de trabalho, sem perspectiva de melhora futura dada sua baixa escolaridade; por isso seus projetos para o futuro contemplam a independência financeira, mas não a carreira ou os estudos.

TABELA 8

Acesso ao mercado de trabalho e história sexual e reprodutiva das adolescentes e mulheres jovens moradoras dos bairros e das favelas da Região Centro-Sul acerca do trabalho da mulher. Belo Horizonte, 2007.

	Bairro				Favela			
	Nunca fez sexo N=89	Fez sexo e engravidou até 18 anos N=5	Fez sexo e engravidou após 18anos N=6	Fez sexo e nunca engravidou N=193	Nunca fez sexo N=120	Fez sexo e engravidou até 18 anos N=97	Fez sexo e engravidou após 18 anos N=39	Fez sexo e nunca engravidou N=101
<b>Exerce atividade remunerada<sup>1</sup></b>								
Sim	12,4	20,0	66,7	42,5	28,3	41,2	41,0	35,6
Não	87,6	80,0	33,3	57,5	71,7	58,8	59,0	64,4
<b>Atividade remunerada que exerce<sup>2</sup></b>								
Trabalhadores de nível superior	0	0	0	18,3	0	0	6,2	0
Trabalhadores dos serviços administrativos, comércio e atendentes	9,1	0	25,0	20,7	47,1	17,5	31,2	44,4
Estagiários do ensino superior	81,8	100,0	50,0	42,7	5,9	,0%	,0%	0
Prestadores de serviços especializados	0	0	0	4,9	17,6	25,0	18,8	13,9
Trabalhadores domésticos	0	0	0	0	17,6	35,0	25,0	16,7
Outros	9,1	0	25,0	13,4	11,8	22,5	18,8	25,0
<b>Vínculo empregatício<sup>2</sup></b>								
Empregada c/ carteira assinada, tempo integral	0	0	0	20,7	35,3	35,0	18,8	41,7
Empregada s/ carteira assinada, tempo integral	0	0	0	3,7	2,9	17,5	37,5	5,6
Empregada c/ carteira assinada, tempo parcial	0	0	25,0	11,0	17,6	7,5	0	19,4
Empregada s/ carteira assinada, tempo parcial	0	0	0	4,9	14,7	15,0	12,5	16,7
Autônoma/profissional liberal, não paga INSS	0	0	0	6,1	14,7	17,5	25,0	5,6
Estagiária/ Aprendiz	90,9	100,0	50,0	43,9	11,8	7,5	0	11,1
Outros	9,1	0	25,0	9,7	3,0	0	6,2	0,1

<sup>1</sup> Correlação significativa com p-valor=0,05 ou menor

<sup>2</sup> Correlação não significativa com p-valor=0,05 ou menor

## **ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os resultados indicam uma associação significativa entre autonomia, acesso aos estudos e ao mercado de trabalho com o comportamento sexual e reprodutivo de mulheres adolescentes e jovens. Ao estudarmos moradoras de bairros e favelas de uma mesma região da cidade de Belo Horizonte, foi possível visualizar claramente o abismo que separa essas jovens no que tange ao acesso aos estudos e ao mercado de trabalho, e o impacto disso sobre a reprodução dos papéis tradicionais de gênero que mantêm as adolescentes e jovens das favelas no espaço doméstico onde a maternidade se apresenta como um quase único projeto futuro possível e legítimo. Por isso, o trabalho doméstico ainda é o grande nicho de mercado para essas jovens. Já as adolescentes moradoras dos bairros, mesmo que permaneça um discurso ainda conservador em alguns aspectos, a alta escolaridade, a possibilidade de construir carreira profissional e o acesso a um mercado de trabalho mais diversificado, de maior status social e mais bem remunerado. A gravidez, quando é um projeto de vida, é para mais tarde. Contudo, é importante lembrar que o impacto da desigualdade de gênero mensurada aqui pelos indicadores de autonomia, afeta as jovens de ambas as classes, no sentido de que o estabelecimento de parcerias com homens autoritários e que controlam de alguma forma o comportamento das jovens, aumenta nos dois grupos estudados, as chances de uma gravidez na adolescência. O que por sua vez, entre as jovens de classe mais baixa residentes em favelas, afeta as suas oportunidades de estudo e a sua inserção no mercado de trabalho.

Um último ponto que queremos ressaltar é que nossos resultados também deixam claro que existe uma necessidade de se estudar melhor a relação entre escolaridade e profissionalização no caso de mulheres jovens de baixa renda, que parece estar longe de ser linear quanto preconizam os modelos tradicionais de análise da desigualdade social. O relativo melhor acesso ao segundo grau não se traduz em uma inserção profissional das jovens moradoras de favelas. A ausência de políticas públicas voltadas para esse segmento da população que não sejam focadas na saúde reprodutiva também refletem essa falta de entendimento sobre essa realidade. Neste sentido, urge se pensar políticas públicas que possibilitem às jovens moradoras das favelas acessar o ensino superior ou técnico de qualidade, para que o mercado de trabalho possa ser ampliado e diversificado, e a remuneração possa ser maior. Este parece ser um caminho de superação de relações de gênero opressivas e violentas. Talvez programas como o

Primeiro Emprego impactem essa realidade e é recomendável que eles sejam avaliados, também, nessa perspectiva.

## REFERÊNCIAS

AQUINO E. M. L. et al. **Adolescência e reprodução no Brasil**: a heterogeneidade dos perfis sociais. Cad. Saúde Pública, vol.19, suppl. 2, Rio de Janeiro, 2003.

AQUINO et al. Gravidez na adolescência: heterogeneidade revelada. In: Maria Luísa HEILBORN et al. (Orgs.), **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Rio de Janeiro: Fiocruz e Garamond, 2006.

ARAÚJO, Clara, SCALON, Celi. Percepções e atitudes de mulheres e homens sobre a conciliação entre família e trabalho no Brasil. In: Clara Araújo, Celi Scalon (Orgs.), **Gênero, Família e Trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2005.

BASSI, Camillo. Exposição à maternidade precoce e estratos sociais das adolescentes brasileiras: justificativas via determinantes próximos das taxas de fecundidade. **Texto para Discussão No. 1322**. Brasília: IPEA. Janeiro de 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td\\_1322.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/publicacoes/tds/td_1322.pdf) Acessado em 15 de agosto de 2008.

BATLIWALA, Srilatha. The Meaning of Women's Empowerment: New Concepts from Action. In: Gita Sen, Adrienne Germain and Lincoln Chen (eds.), **Population Policies Reconsidered: Health, Empowerment and Rights**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1994.

BRUSCHINI, Cristina. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985/95) In: BALTAR DA ROCHA, Maria Isabel (org.) Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios. Campinas: ABEP, NEPO/UNICAMP e CEDEPLAR/UFMG / São Paulo: Ed. 34, 2000. p. 13-58.

CHACHAM, Alessandra et al. **Autonomy and Susceptibility To HIV/AIDS Among Young Women Living In a Shantytown In Belo Horizonte, Brazil**" Artigo apresentado no Seminário Community Responses to AIDS, Genebra, 1 e 2 de setembro de 2005.

DAS GUPTA, Monica. Death Clustering, Mother's Education and the Determinants of Child Mortality in Rural Punjab, India, **Population Studies** 44: 489-505, 1999.

DIXON, Ruth. **Rural Women at Work: Strategies for Development in South Asia**. Baltimore: John Hopkins University Press. 1978.

CASIQUE, Irene. "What difference does it make? Women's autonomy and power and use of contraception in Mexico" Paper presented at the **XXIV IUSSP General Population Conference**, Salvador, Bahia, August, 2001.



GAGE, Anastasia. Female Empowerment and Adolescence. **Women's Empowerment and Demographic Processes**. Org. Harriet B. Presser e Gita Sen. Oxford: Oxford University Press, 2001.

HEILBORN, M. L. Experiencia da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: HEILBORN, M. L. et al. (orgs.), **O aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros**. Fiocruz e Grammond: Rio de Janeiro, 2006

JEJEEBHOY, Shireen. Women's. Autonomy in Rural India: Its dimensions, determinants and the influence of the context". **Women's Empowerment and Demographic Processes**. Org. Harriet B. Presser e Gita Sen. Oxford: Oxford University Press. 2000.

KISHOR, Sunita. Autonomy and Egyptian Women: Findings from the 1988 Egypt Demographic and Health Survey. Calverton, Maryland: Macro International Inc. 1995.

KISHOR, Sunita. Women's Contraceptive Use in Egypt: What do Direct Measures of Empowerment Tell Us? Paper presented at the **2000 Annual meeting of the Population Association of America**, Los Angeles, California, 2000.

KRITZ, Mary, Paulina Makinwa and Douglass T. Gurak. Wife's Empowerment and Fertility in Nigeria: the Role of Context. Paper presented at the **Seminar on Female Empowerment and Demographic Processes: Moving Beyond Cairo**, IUSSP, Sweden, 1997.

MASON, Karen O. The Status of Women: a Review of its Relationships to Fertility and Mortality. The Rockefeller Foundation, New York, 1993.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. MS. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher, 2006**. Brasília: Ministério da Saúde. Julho de 2008. Documentodisponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/pnds/fecundidade.php> Acessado em 15 de agosto de 2008.

PIROTTA, Wilson Ricardo Buqueti; PIROTTA, Katia Cibelle Machado. O Impacto da Flexibilização das Leis Trabalhistas Sobre as Condições de Trabalho da Mulher. **Anais do XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**, Ouro Preto, Minas Gerais, 4 a 8 de novembro de 2002.

OLIVEIRA, E. L. e RIOS-NETO, E. L. G. Transições dos jovens para o mercado de trabalho, primeiro filho e saída da escola: o caso brasileiro. In: I Congresso da Associação Latino Americana de População. **Anais... ALAP** 2004.

OLIVEIRA, André. NEVES, Magda, JAYME, Juliana. Trabalho e Renda na RMBH numa Perspectiva de Sexo e Cor. In: Luciana T. Andrade, Jupira G. Mendonça, Carlos Aurélio P. Faria (Orgs.). **Metrópole: Território, Sociedade e Política - O caso da Região Metropolitana de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Editora PUCMINAS. 2008.

RILEY, Nancy . Gender, Power and Population Change, **Population Bulletin**, Vol. 52: 1, May 1997, Population Reference Bureau, Washington, DC, 1997.

SEN, Gita, BATLIWALA, Srilatha. Empowering Women for Reproductive Rights. **Women's Empowerment and Demographic Processes**. Org. Harriet B. Presser e Gita Sen. Oxford: Oxford University Press. 2000.

SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. BEMFAM. **Adolescentes, Jovens e a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde: um estudo sobre fecundidade, comportamento sexual e saúde reprodutiva**. Rio de Janeiro: BEMFAM, 1999.

SORJ, Bila. Sociologia e Trabalho: mutações, encontros e desencontros. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Volume 15, número 43, junho de 2000.

UNITED NATION DEVELOPMENT PROGRAMME. UNDP. 2003. **Human Development Report 2003**. New York: Oxford University Press. Available at <http://hdr.undp.org/reports/>